

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRIVATIZAÇÃO, DESIGUALDADE E MUDANÇAS NA GESTÃO ESCOLAR

TITLE: THE IMPACTS OF NEOLIBERALISM ON BASIC EDUCATION: PRIVATIZATION, INEQUALITY AND CHANGES IN SCHOOL MANAGEMENT

Bruna Caponi Borba¹

Lucineide Maria de Lima Pessoni²

RESUMO

O artigo examina criticamente os efeitos do neoliberalismo na educação básica, argumentando que a centralidade dada à eficiência econômica e à competição reconfigura finalidades, meios e resultados do sistema escolar. Mostra-se que a privatização e a mercantilização — materializadas em parcerias público-privadas e escolas charter favorecem instituições com maior capacidade de captação de recursos e ampliam a fragmentação do sistema, aprofundando desigualdades territoriais e socioeconômicas. No campo avaliativo, evidencia-se que a padronização de testes e o ranqueamento induzem currículos estreitos, ensino “para o exame” e redução da aprendizagem a métricas, com impactos negativos para o bem-estar discente. Discute-se, ainda, a desvalorização dos profissionais da educação, marcada por austeridade, precarização e responsabilização individualizada por resultados, o que corrói a autonomia docente e a inovação pedagógica. Na gestão, a retórica da autonomia e da descentralização, sem financiamento adequado, transfere encargos às escolas e pode intensificar assimetrias entre redes e territórios. Conclui-se pela necessidade de políticas públicas que reafirmem a educação como bem público: fortalecimento da escola pública, valorização docente (carreira, formação e condições de trabalho), avaliação com função formativa e gestão democrática orientada à equidade, garantindo acesso, permanência e aprendizagem com qualidade social para todos.

Palavras-chave: *Neoliberalismo. Privatização. Desigualdade educacional. Mercantilização da educação.*

ABSTRACT

The article critically examines the effects of neoliberalism on basic education, arguing that the emphasis on economic efficiency and competition reshapes the purposes,

¹ Bruna Caponi Borba, graduada em Ciências Biológicas (UEG), Pedagogia (Faculdade Germário Dantas) e Psicologia (Centro Universitário Estácio de Goiás), pós graduada em Docência Universitária (UEG), Neuropedagogia aplicada à educação (FABEC) e Educação especial e inclusão. Professora efetiva da rede municipal de Santo Antônio de Goiás desde 2012 e da rede municipal de Trindade Goiás desde 2016. Santo Antônio de Goiás, Goiás, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7298420515654079> . brunacaponi@aluno.facmais.edu.br

² Lucineide Maria de Lima Pessoni, Doutora e Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora aposentada da Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte do Estado de Goiás, professora titular do curso de Pedagogia no Centro Universitário Mais – UniMais – Inhumas (Go) e professora titular no PPGE - Mestrado em Educação do Centro Universitário Mais – UniMais. Pesquisadora da Área de Políticas Educacionais e Finalidades Educativas Escolares (PUC–GO). E-mail: lucineide@facmais.edu.br ; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3998-919X>; CV: <https://lattes.cnpq.br/9393586491556184>

means, and outcomes of the school system. It shows that privatization and commodification — materialized through public-private partnerships and charter schools — favor institutions with greater capacity to attract resources and increase the fragmentation of the system, deepening territorial and socioeconomic inequalities. In the field of assessment, it is evident that standardized testing and school rankings induce narrow curricula, “teaching to the test,” and the reduction of learning to metrics, with negative impacts on students’ well-being. The article also discusses the devaluation of education professionals, marked by austerity, precarization, and individualized accountability for results, which erodes teacher autonomy and pedagogical innovation. In school management, the rhetoric of autonomy and decentralization, without adequate funding, shifts burdens to schools and may intensify disparities between networks and territories. It concludes by highlighting the need for public policies that reaffirm education as a public good: strengthening public schools, valuing teachers (career, training, and working conditions), implementing formative assessment, and promoting democratic management oriented toward equity, thus ensuring access, retention, and learning with social quality for all.

Keywords: *Neoliberalism. Privatization. Educational inequality. Commodification of education.*

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência econômica e na redução da intervenção estatal, tem gerado transformações profundas em diversos setores sociais, sendo a educação básica um dos mais afetados. Este artigo se propõe a investigar as consequências desse modelo econômico sobre o sistema educacional, explorando como a implementação de políticas neoliberais tem influenciado a privatização, mercantilização e desigualdade na educação básica. A escolha deste tema surge da necessidade de compreender os impactos complexos e frequentemente prejudiciais dessas políticas sobre a qualidade e a equidade do ensino, especialmente em um momento em que as reformas educacionais são amplamente debatidas em diferentes contextos globais.

O problema de pesquisa central é analisar como as políticas neoliberais têm reconfigurado a educação básica, afetando a privatização e mercantilização das instituições educacionais, ampliando as desigualdades e modificando a gestão escolar. Esta análise é motivada pela observação de que o neoliberalismo, ao promover a competição e a eficiência de mercado, pode estar exacerbando as disparidades educacionais e prejudicando a qualidade da formação oferecida aos

alunos, especialmente aqueles oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos.

A metodologia adotada para este estudo será a pesquisa bibliográfica, que permitirá uma revisão crítica e detalhada da literatura existente sobre os impactos do neoliberalismo na educação básica. Através da análise de fontes acadêmicas, relatórios e estudos de caso, o artigo buscará construir uma visão abrangente das consequências dessas políticas. Os objetivos gerais deste artigo são examinar as implicações da privatização e mercantilização da educação básica sob a ótica das políticas neoliberais, com foco nas parcerias público-privadas e escolas charter, e investigar como o neoliberalismo tem contribuído para o aumento da desigualdade e segregação educacional, avaliando o impacto dessas políticas na distribuição de recursos e oportunidades educacionais.

Além disso, o estudo visa analisar a influência das políticas neoliberais nas mudanças na estrutura de governança e gestão das escolas, como a autonomia escolar e a descentralização, bem como avaliar as alterações nos sistemas de avaliação e no conceito de desempenho escolar promovidas por essas políticas, com ênfase na ênfase em testes padronizados e competição entre escolas. Por fim, o artigo pretende investigar a desvalorização dos profissionais da educação, explorando como as políticas de austeridade e cortes salariais têm afetado a profissão e, conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida. Por meio desta abordagem, o artigo visa oferecer uma compreensão crítica e detalhada dos efeitos do neoliberalismo na educação básica, contribuindo para o debate sobre políticas educacionais que promovam a equidade e a excelência no ensino.

A relevância deste estudo também se apoia no fato de que as reformas neoliberais não ocorrem de forma isolada, mas fazem parte de um movimento global de reconfiguração do papel do Estado. Em países periféricos e emergentes, como o Brasil, os impactos dessas políticas tendem a ser ainda mais intensos, uma vez que as desigualdades sociais preexistentes se entrelaçam às dinâmicas do mercado, agravando a exclusão e a fragmentação do sistema educacional. Nesse sentido, compreender as especificidades do contexto nacional, articulado às tendências internacionais, é fundamental para revelar os desafios estruturais que a educação enfrenta no cenário contemporâneo.

Assim, este artigo não apenas problematiza as consequências do neoliberalismo na educação básica, mas também busca contribuir para a construção

de perspectivas alternativas, que reforcem a centralidade da escola pública como espaço de democratização do conhecimento. A reflexão crítica sobre tais políticas torna-se indispensável para orientar gestores, pesquisadores e educadores na formulação de estratégias que superem a lógica mercadológica e priorizem a equidade, a valorização docente e a qualidade social da educação. Dessa forma, a pesquisa pretende situar-se como parte de um debate mais amplo sobre os rumos da educação no século XXI e a necessidade de políticas comprometidas com a justiça social.

O NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

O neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência econômica e na redução do papel do Estado, tem deixado uma marca profunda nas políticas educacionais ao redor do mundo. No contexto da educação básica, suas consequências se manifestam em várias dimensões que afetam diretamente a qualidade e a equidade do ensino. Este artigo explora os impactos do neoliberalismo na educação básica, analisando a crescente privatização e mercantilização das instituições educacionais, que resulta em uma competição acirrada entre escolas e uma desigualdade exacerbada no acesso a recursos. A reestruturação das políticas de avaliação e o foco em testes padronizados têm reformulado a maneira como o desempenho escolar é medido, influenciando tanto o ensino quanto a aprendizagem. Além disso, o artigo investiga a desvalorização dos profissionais da educação e os efeitos das políticas neoliberais na gestão escolar, com ênfase nas mudanças na governança e na autonomia das instituições. Ao examinar essas dimensões, pretende-se oferecer uma visão crítica sobre como o neoliberalismo molda o cenário da educação básica e os desafios que emergem para garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

Historicamente, a ascensão do neoliberalismo esteve associada à crise do Estado de bem-estar social e à difusão da ideia de que a iniciativa privada seria mais eficiente do que a ação pública. No campo educacional, esse paradigma implicou em reformas que deslocaram a responsabilidade pela oferta de ensino de qualidade para famílias e comunidades, enfraquecendo a noção de educação como direito universal garantido pelo Estado (LOPES; CAPRIO, 2007). Esse processo de reconfiguração do papel estatal trouxe consigo a expansão de parcerias público-privadas, a criação de

sistemas híbridos de financiamento e a introdução de modelos gerencialistas na gestão escolar (ANDRADE, 2018; PINHEIRO, 2014).

Essas mudanças não se restringem ao financiamento e à gestão, mas atingem também a própria finalidade da educação, que passa a ser concebida sob a ótica da formação de capital humano para atender às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, conteúdos curriculares, metodologias pedagógicas e políticas de avaliação são reconfigurados de modo a atender às demandas da competitividade e da produtividade (SILVA, 2023). Tal orientação, porém, levanta questionamentos sobre a função social da escola, uma vez que a lógica mercadológica tende a reduzir a educação a um instrumento de adaptação ao sistema econômico, em detrimento de sua dimensão crítica, emancipatória e cidadã (MARTINS; PINA, 2020; MONTEIRO; VAZ; MOTA, 2022).

Ao situar essas questões no contexto da educação básica, o artigo busca evidenciar que os impactos do neoliberalismo não são apenas estruturais, mas também culturais e pedagógicos. A mercantilização do ensino, a padronização das práticas escolares e a desvalorização da docência configuram um cenário que desafia os princípios da equidade e da justiça social (PARREIRA; PEREIRA, 2023; ALMEIDA; SALCES; KASSIS, 2022; TOSTES et al., 2018). Portanto, discutir as contradições do neoliberalismo na educação torna-se fundamental para propor alternativas que fortaleçam a escola pública, valorizem os profissionais da educação e assegurem que o acesso à educação de qualidade não seja um privilégio, mas um direito de todos (BRANCO, 2007; AZEVEDO, 2021).

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas trouxe uma transformação paradigmática em diversas esferas sociais, sendo a educação um dos campos mais visivelmente afetados. A privatização e a mercantilização da educação básica, impulsionadas por políticas neoliberais, têm gerado profundas implicações na qualidade e acessibilidade da formação escolar. A presente análise busca examinar como essas políticas têm reconfigurado o cenário educacional, com ênfase nas parcerias público-privadas e na criação de escolas charter, e seus efeitos sobre o acesso equitativo e a excelência do ensino (LOPES; CAPRIO, 2007).

A privatização da educação básica tem se manifestado de diversas formas, destacando-se a crescente proliferação de instituições educacionais geridas por entidades privadas. Este fenômeno é amplamente justificado pelos defensores do neoliberalismo como uma forma de melhorar a eficiência e a qualidade do ensino, sob a premissa de que a competição entre instituições estimularia a excelência. No entanto, essa lógica ignora um aspecto muito importante: a educação é um bem público, e sua transformação em um mercado pode aprofundar as desigualdades existentes, ao invés de resolvê-las.

Segundo Lopes e Caprio (2007), a defesa da privatização como solução para os problemas da educação ignora a função social da escola, que vai além de índices de produtividade. A educação deve ser entendida como um processo formador de cidadania, de valores democráticos e de inserção crítica na sociedade, não podendo ser reduzida a uma mercadoria passível de consumo. A lógica mercadológica desconsidera as desigualdades sociais e econômicas históricas, que são agravadas quando o acesso ao conhecimento passa a depender da capacidade de pagamento das famílias.

A mercantilização da educação resulta na consideração das escolas como empresas, cujo objetivo primário é maximizar lucros. Esta perspectiva tem levado à adoção de práticas que priorizam a eficiência financeira em detrimento da qualidade educacional. A pressão para que as escolas privadas se autossustentem economicamente pode reduzir o investimento em aspectos fundamentais do ensino, como infraestrutura, formação de professores e materiais didáticos, prejudicando diretamente os alunos que dependem desses recursos para uma formação completa e adequada.

Dentre as formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana, encontra-se a tentativa de valorização do capital a partir da venda de serviços educacionais, mas, também, da configuração da educação e do conhecimento como insumos necessários à produção de mercadorias. Feito isso, cabe-nos, nesta seção, evidenciar que a mercantilização da educação impacta na configuração do trabalho educativo (MARTINS, PINA, 2020, p. 10).

Martins e Pina (2020) reforçam que a mercantilização da educação altera não apenas o financiamento e a gestão das escolas, mas também a própria prática pedagógica, que passa a ser orientada por indicadores de desempenho e metas de eficiência. Essa reconfiguração do trabalho educativo compromete a autonomia docente e limita a possibilidade de construção de práticas emancipatórias. Em vez de

fomentar a reflexão crítica, a escola sob lógica neoliberal tende a reproduzir padrões de produtividade semelhantes aos do setor empresarial, enfraquecendo sua função humanizadora.

As parcerias público-privadas (PPPs) surgem como uma solução neoliberal para integrar capital privado na administração de escolas públicas. Embora tais parcerias sejam frequentemente apresentadas como um meio de alavancar recursos e expertise, elas também levantam preocupações significativas. As PPPs podem criar um cenário em que a gestão escolar seja orientada por interesses corporativos, desviando o foco do bem-estar e do desenvolvimento integral dos alunos para a maximização de resultados financeiros. A privatização dos serviços educacionais pode igualmente gerar uma fragmentação do sistema, em que escolas são diferenciadas pela capacidade de atrair investimentos, exacerbando as desigualdades no acesso a uma educação de qualidade.

O modelo das escolas charter³ é outro exemplo emblemático das consequências do neoliberalismo na educação básica. Essas instituições, geralmente administradas por organizações privadas, operam com maior autonomia em relação às regulamentações tradicionais das escolas públicas. Embora se argumente que a autonomia permite inovação pedagógica e maior flexibilidade, a realidade tem mostrado que muitas dessas escolas charter acabam se concentrando em áreas de maior renda, enquanto as escolas públicas tradicionais enfrentam uma escassez crescente de recursos e apoio. O resultado é uma polarização crescente, onde as escolas com mais recursos oferecem uma educação de maior qualidade, enquanto as instituições menos favorecidas ficam em uma posição de desvantagem (AZEVEDO, 2021).

Azevedo (2021) acrescenta que a expansão das escolas charter não pode ser analisada apenas em termos de inovação pedagógica ou autonomia administrativa, mas também pelo impacto sistêmico que provoca na rede pública. Ao atrair investimentos e concentrar recursos em determinados territórios, essas escolas reforçam a segregação socioespacial, deixando comunidades mais vulneráveis com serviços educacionais precários. Nesse sentido, a promessa de liberdade de escolha educacional se converte, muitas vezes, em um privilégio restrito a grupos sociais mais favorecidos, perpetuando desigualdades estruturais.

³ São escolas públicas financiadas com fundos públicos, mas geridas por entidades privadas.

Adicionalmente, a criação e expansão de escolas charter podem enfraquecer o sistema de educação pública ao desviar fundos e atenção de escolas que atendem a comunidades carentes. A competitividade gerada por essas escolas pode resultar na fuga de alunos e recursos das escolas públicas tradicionais, ampliando ainda mais a disparidade entre as diferentes instituições educacionais.

Nota-se então que a implementação de políticas neoliberais tem promovido a privatização e a mercantilização da educação básica, com impactos complexos e frequentemente prejudiciais para a qualidade e a acessibilidade do ensino. As parcerias público-privadas e as escolas charter, apesar de suas intenções declaradas de melhorar a eficiência e a inovação, muitas vezes contribuem para a ampliação das desigualdades educacionais e a fragmentação do sistema de ensino. É importante que se reflita criticamente sobre essas políticas e se busquem alternativas que priorizem a equidade e a excelência educacional para todos os alunos, assegurando que a educação básica continue a ser um direito fundamental e não um privilégio de poucos.

DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO EDUCACIONAL

O neoliberalismo, ao promover a redução do papel do Estado e a maximização dos interesses privados, tem gerado profundas mudanças no setor educacional. Entre suas consequências mais notáveis está o aumento da desigualdade e a intensificação da segregação socioeconômica nas escolas. A ascensão do neoliberalismo na educação trouxe consigo um paradigma que valoriza a competição e a eficiência sobre a equidade e o acesso universal. As reformas neoliberais muitas vezes promovem a privatização e a mercantilização da educação, elementos que, paradoxalmente, contribuem para a ampliação da desigualdade.

O mercado, as tecnociências e a mídia são os três vetores de principal influência na educação contemporânea, refletindo-se na formação de consumidores e empreendedores. O mercado funciona como um regime de veridificação, que naturaliza a competição e a concorrência. Para fazer parte do jogo econômico, os sujeitos devem ser dotados de uma quantidade cada vez maior de competências, tornando-se um capital humano de valor, capaz de vencer os desafios cada vez maiores do tempo presente (SILVA, 2023, p. 85).

Silva (2023) destaca que esse processo de valorização do capital humano não ocorre de maneira uniforme, mas sim de forma a reforçar desigualdades históricas. As exigências crescentes por competências e certificações acabam privilegiando os

grupos sociais que já possuem maior acesso a recursos culturais, tecnológicos e econômicos. Assim, em vez de democratizar o conhecimento, o neoliberalismo educacional aprofunda a exclusão de parcelas da população que não conseguem acompanhar o ritmo de exigências do mercado, perpetuando uma lógica seletiva e meritocrática que legitima desigualdades.

O foco em modelos de mercado para a administração das escolas cria um ambiente onde a qualidade da educação está frequentemente atrelada à capacidade financeira das famílias. As escolas que conseguem atrair mais recursos — seja por meio de doações privadas, patrocínios corporativos ou mensalidades elevadas — tendem a oferecer melhores condições e oportunidades educacionais. Em contraste, as instituições que atendem a comunidades menos favorecidas enfrentam dificuldades significativas, refletindo uma disparidade crescente no acesso a uma educação de qualidade.

A segregação socioeconômica nas escolas é um reflexo direto dessa desigualdade. As políticas neoliberais tendem a promover um sistema educacional onde a competição entre escolas é acentuada, resultando em um mercado educacional segmentado. Escolas em áreas mais ricas frequentemente têm acesso a melhores infraestruturas, materiais didáticos e programas extracurriculares, enquanto aquelas localizadas em bairros de baixa renda lutam com a falta de recursos e suporte. Esta divisão não apenas reforça a desigualdade social, mas também perpetua um ciclo de desvantagem para os estudantes provenientes de contextos socioeconômicos menos favorecidos.

De acordo com Filipe (2013), quando a lógica gerencialista é aplicada na educação, a busca incessante por padrões de qualidade e eficiência tende a invisibilizar as condições de desigualdade em que muitas escolas operam. Isso significa que a aferição de resultados, em vez de promover melhorias reais, pode transformar-se em um mecanismo de exclusão, uma vez que as escolas situadas em contextos vulneráveis são penalizadas por não atingirem metas que desconsideram sua realidade social. Nesse sentido, a avaliação padronizada pode funcionar como um instrumento de legitimação das desigualdades, mascarando-as sob a aparência de neutralidade técnica.

As políticas neoliberais também incentivam a adoção de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados, que muitas vezes não consideram as desigualdades estruturais enfrentadas pelos estudantes. Em vez de promoverem uma

abordagem inclusiva que reconheça e acomode as diferenças socioeconômicas, esses sistemas podem amplificar as desigualdades existentes, favorecendo os alunos de melhor condição financeira e penalizando aqueles que já enfrentam desafios adicionais.

Quando a lógica mercadológica, gerencialista é inserida no campo educacional, tornam-se necessários mecanismos para aferir a qualidade da educação ministrada nas escolas e nos sistemas de ensino, tendo como critério os já mencionados padrões. Com o exposto pode-se presumir que se o Estado deve avaliar, medir a qualidade da educação, deve também encontrar ferramentas que possibilitem essa avaliação (FILIPE, 2013, p. 7).

Silva (2023) reforça que a naturalização da competição escolar e a valorização da meritocracia acabam legitimando discursos que culpabilizam os estudantes e suas famílias pelos baixos desempenhos, em vez de reconhecer as falhas estruturais do sistema. Esse deslocamento de responsabilidade é coerente com a lógica neoliberal, pois transfere para o indivíduo a obrigação de se adaptar às exigências do mercado, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado por garantir condições equitativas de ensino. Dessa forma, a segregação educacional não é apenas um efeito colateral, mas um componente estruturante das políticas neoliberais.

A segregação educacional resultante dessas políticas é uma questão complexa que exige uma reflexão profunda sobre o papel do Estado e das políticas públicas na garantia de uma educação equitativa. Em vez de tratar a educação como um bem de consumo sujeito às forças do mercado, é importante adotar uma abordagem que priorize a justiça social e a inclusão. Isso implica uma revisão das práticas neoliberais que têm exacerbado a desigualdade e um retorno a princípios que assegurem que todos os estudantes, independentemente de seu contexto socioeconômico, tenham acesso a uma educação de qualidade.

IMPACTOS NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO ESCOLAR

O neoliberalismo, com seu foco na eficiência e na maximização de resultados, tem provocado uma reestruturação significativa nos sistemas de avaliação e no conceito de desempenho escolar. A adoção de políticas neoliberais tem priorizado a padronização dos processos avaliativos e a competição entre instituições educacionais, mudanças que têm efeitos profundos sobre o ensino e a aprendizagem.

Os exames padronizados, os sistemas de avaliação e os índices de desempenho regulam o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado,

visto que as escolas necessitam de boas classificações nas avaliações para receberem mais investimentos. Portanto, o que passa a ser considerado importante a ser ensinado são os conteúdos cobrados nos exames e não o que efetivamente poderá contribuir para a formação de cidadania ou de uma visão mais crítica dos estudantes (PARREIRA; PEREIRA, 2023, p. 511).

Parreira e Pereira (2023) ressaltam que esse processo de padronização também redefine a função social da escola, deslocando-a de um espaço de formação integral para um ambiente voltado à obtenção de resultados numéricos. Esse reducionismo transforma a avaliação em um fim em si mesmo, esvaziando seu caráter formativo e limitando a possibilidade de a escola promover aprendizagens significativas, voltadas para a emancipação e a cidadania crítica.

Historicamente, a avaliação escolar tinha como objetivo fornecer um retrato abrangente do progresso acadêmico e do desenvolvimento dos alunos. No entanto, a ascensão do neoliberalismo trouxe uma abordagem mais estreita e quantitativa para a avaliação, marcada pela ênfase em testes padronizados. Esses testes, frequentemente utilizados como a principal métrica de desempenho, são projetados para medir resultados específicos e comparáveis entre diferentes instituições e sistemas. A promessa é de criar um sistema mais objetivo e eficiente para avaliar o sucesso escolar, mas a realidade tem revelado uma série de problemas associados a essa abordagem.

Os testes padronizados, ao serem utilizados como principal indicador de desempenho, tendem a reduzir a complexidade da aprendizagem a uma série de pontuações e classificações. Essa abordagem não apenas limita a compreensão do progresso dos alunos a medidas quantitativas, mas também ignora aspectos importantes da educação, como a criatividade, a capacidade crítica e o desenvolvimento social. Além disso, a pressão para que escolas e alunos obtenham boas classificações nos testes pode levar a práticas pedagógicas que priorizam o preparo para os exames em detrimento de uma educação holística e enriquecedora. Os professores podem ser incentivados a focar no ensinar para o teste, uma prática que reduz a amplitude do currículo e pode diminuir a qualidade geral da educação oferecida.

A competição entre escolas, um aspecto relevante das políticas neoliberais, também tem efeitos significativos sobre o ambiente educacional. As escolas são frequentemente avaliadas e ranqueadas com base em seus desempenhos em testes padronizados, o que pode criar um cenário de rivalidade intensa. Esse sistema de

avaliação competitiva pode levar à formação de um mercado educacional onde as escolas buscam atrair os alunos de melhor desempenho e os recursos mais abundantes, frequentemente às custas das instituições que atendem a populações mais vulneráveis (ALMEIDA; SALCES; KASSIS, 2022). A competição exacerbada pode resultar em uma segregação ainda maior, com escolas de áreas mais favorecidas obtendo melhores resultados e recursos, enquanto as escolas em comunidades carentes lutam para se manter adequadas aos padrões impostos.

Para Almeida, Salces e Kassis (2022), essa dinâmica competitiva evidencia como o ranqueamento escolar contribui para a cristalização de desigualdades estruturais. Em vez de funcionar como um mecanismo de melhoria coletiva, o sistema de rankings transforma a educação em um campo de disputa, no qual apenas algumas instituições conseguem prosperar. Esse cenário reforça a lógica neoliberal, em que a competição é naturalizada como motor de qualidade, mas na prática resulta na marginalização de comunidades inteiras que não conseguem atender aos padrões exigidos.

A ênfase em avaliações padronizadas e a competição entre escolas podem ter efeitos prejudiciais sobre o bem-estar dos alunos. O estresse associado à necessidade de obter boas pontuações pode afetar a saúde mental dos estudantes, criando um ambiente de pressão constante e, em alguns casos, prejudicando a motivação e o entusiasmo pela aprendizagem. Em um cenário onde o desempenho é medido e recompensado com base em métricas padronizadas, a educação pode se tornar uma experiência mais orientada por resultados do que pelo verdadeiro crescimento intelectual e pessoal dos alunos.

Outro aspecto a ser considerado é o impacto dessas políticas sobre os professores. A pressão para que as escolas apresentem bons resultados em testes pode levar a um aumento na carga de trabalho dos educadores, que são frequentemente responsabilizados por resultados que podem estar fora de seu controle direto, (TOSTES, *et. al.*, 2018). A criação de um ambiente educacional altamente competitivo e orientado por testes também pode minar a moral dos professores e reduzir a autonomia pedagógica, limitando sua capacidade de inovar e adaptar suas práticas às necessidades dos alunos.

Tostes et al. (2018) observam ainda que a responsabilização excessiva dos docentes tem como efeito colateral a intensificação da precarização do trabalho docente. A necessidade de responder a metas externas e indicadores de desempenho

pode provocar desgaste emocional, desmotivação e adoecimento profissional. Nesse contexto, o professor deixa de ser reconhecido como sujeito autônomo do processo educativo e passa a ser tratado como executor de políticas gerencialistas, o que fragiliza o vínculo entre ensino, aprendizagem e compromisso social.

DESVALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O impacto do neoliberalismo na educação não se restringe apenas às mudanças estruturais e aos sistemas de avaliação. Outro aspecto relevante é a desvalorização dos profissionais da educação, um fenômeno que tem ganhado destaque nas últimas décadas e que está intrinsecamente ligado às políticas neoliberais. Através de práticas como austeridade fiscal, cortes salariais e falta de investimento na formação continuada, o neoliberalismo tem contribuído para a deterioração das condições de trabalho e do status dos professores e demais profissionais da educação.

O sistema capitalista propaga a ideia de que se vive em uma sociedade igualitária e livre em que todos têm as mesmas oportunidades, mas esta é uma realidade ilusória, pois as relações de força e poder são desiguais e estão bem centralizadas (MONTEIRO; VAZ; MOTA, 2022, p. 7).

Monteiro, Vaz e Mota (2022) evidenciam que essa falsa percepção de igualdade é funcional ao projeto neoliberal, pois transfere a responsabilidade do fracasso escolar para os indivíduos, especialmente os professores. Nesse cenário, a precarização das condições de trabalho docente é naturalizada como parte de um esforço de eficiência e competitividade, ocultando as contradições estruturais que impedem a valorização da profissão. Assim, a desvalorização do magistério não é apenas resultado de cortes orçamentários, mas de uma lógica mais ampla que enfraquece o papel social e político da docência.

O neoliberalismo, com sua ênfase na redução dos gastos públicos e na maximização da eficiência econômica, tem promovido políticas de austeridade que frequentemente afetam o setor educacional. Os cortes orçamentários nas áreas de educação têm levado a uma diminuição significativa dos recursos disponíveis para as escolas, impactando diretamente as condições de trabalho dos profissionais da educação. Com menos recursos, muitas instituições enfrentam desafios como a falta de materiais didáticos, infraestrutura precária e salários defasados, criando um ambiente de trabalho menos atraente e menos recompensador.

Os cortes salariais são uma das manifestações mais visíveis da desvalorização dos profissionais da educação sob políticas neoliberais. A redução de salários e benefícios, muitas vezes justificada por argumentos de eficiência econômica, não só afeta diretamente o bem-estar financeiro dos educadores, mas também desestimula a atratividade da profissão. A percepção de que a carreira docente não oferece uma compensação adequada para o trabalho intensivo e a responsabilidade envolvida pode levar à desmotivação e ao desengajamento, o que, por sua vez, compromete a qualidade do ensino.

Além dos cortes salariais, a falta de investimento na formação continuada dos profissionais da educação é outro aspecto crítico da desvalorização. A formação continuada é essencial para que os educadores se mantenham atualizados com as novas metodologias e avanços pedagógicos. No entanto, sob uma agenda neoliberal que prioriza a redução de custos, o financiamento para cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional é frequentemente reduzido ou eliminado. Sem acesso a oportunidades de formação e atualização, os professores enfrentam dificuldades para acompanhar as mudanças no campo educacional, o que pode impactar negativamente suas práticas pedagógicas e sua capacidade de oferecer uma educação de alta qualidade.

A formação dos professores deve ser orientada por uma teoria. Sem desconsiderar a importância da prática, é preciso ressaltar a teoria não só para uma reflexão sobre novas possibilidades ao acesso do conhecimento, como para uma análise da própria prática. Sem uma formação teórica sólida fica difícil, por exemplo, fazer uma análise histórica sobre a profissão docente, a escola e o conteúdo a ser ensinado no contexto social atual (BRANCO, 2007, p. 3).

Branco (2007) acrescenta que a ausência de uma formação teórica consistente compromete a autonomia intelectual dos docentes, tornando-os mais vulneráveis às imposições externas de currículos padronizados e políticas de controle. Em vez de serem protagonistas na construção do conhecimento, muitos professores acabam reduzidos à função de meros executores de diretrizes oficiais, o que enfraquece sua identidade profissional e limita sua capacidade de resistir às pressões neoliberais.

A desvalorização dos profissionais da educação não se limita apenas aos aspectos financeiros. O reconhecimento profissional e o prestígio da carreira docente também são afetados por políticas neoliberais que priorizam a eficiência e o desempenho mensurável. Ao focar excessivamente em resultados quantificáveis e em

modelos de gestão que enfatizam a competição, o papel essencial dos educadores como facilitadores do aprendizado e desenvolvedores de habilidades sociais e críticas pode ser minimizado. Isso pode resultar em uma desconsideração do valor intrínseco da profissão, prejudicando a imagem pública e o respeito pelos educadores.

Monteiro, Vaz e Mota (2022) reforçam que esse processo de desvalorização repercute diretamente na autoestima e no engajamento docente. Quando os professores são constantemente submetidos a narrativas de ineficiência ou responsabilizados isoladamente pelas falhas do sistema educacional, a profissão perde atratividade social. Esse enfraquecimento do prestígio contribui para a evasão de profissionais qualificados da carreira e para a dificuldade de atrair novas gerações para a docência, aprofundando ainda mais a crise estrutural da educação.

As consequências dessa desvalorização são extensas e afetam tanto os profissionais da educação quanto os alunos. A desmotivação e o *burnout* entre os educadores podem levar a uma diminuição da qualidade do ensino e a um ambiente de aprendizagem menos estimulante e eficaz. Além disso, a escassez de recursos e a falta de apoio para a formação continuada podem contribuir para a perpetuação de práticas pedagógicas ultrapassadas e a dificuldade em implementar inovações educacionais necessárias para atender às demandas contemporâneas.

MUDANÇAS NA GOVERNANÇA E GESTÃO ESCOLAR

O neoliberalismo tem promovido uma série de transformações na estrutura de governança e gestão das escolas, introduzindo conceitos como autonomia escolar e descentralização. Essas mudanças visam aumentar a eficiência e a flexibilidade das instituições educacionais, adaptando-as aos princípios de mercado e gestão empresarial. Contudo, essas reformas têm implicações complexas para a administração e a prática pedagógica nas escolas, influenciando não apenas a forma como as instituições são geridas, mas também o impacto sobre a qualidade do ensino e a equidade educacional (ANDRADE, 2018).

Segundo Andrade (2018), a adoção de práticas gerencialistas inspiradas no setor privado insere na escola uma lógica de desempenho e resultados que nem sempre dialoga com a realidade pedagógica. Essa influência empresarial tende a priorizar indicadores quantitativos e a eficiência administrativa em detrimento de processos participativos e formativos, o que pode comprometer a função social da

escola. Assim, a gestão escolar passa a ser guiada por metas e padrões externos, reduzindo o espaço para a construção coletiva e democrática das práticas educativas.

A autonomia escolar, um dos pilares das reformas neoliberais, oferece às instituições educacionais maior liberdade para tomar decisões administrativas e pedagógicas. Essa autonomia é apresentada como uma forma de permitir que as escolas se adaptem melhor às necessidades locais e promovam inovações em seus métodos de ensino. Em teoria, a autonomia deveria possibilitar que as escolas desenvolvessem práticas mais alinhadas com as características e demandas de suas comunidades, promovendo um ambiente mais dinâmico e responsivo.

No entanto, a autonomia escolar também pode resultar em desafios significativos. A liberdade para tomar decisões muitas vezes vem acompanhada da responsabilidade por financiar e gerenciar essas decisões sem o suporte financeiro adequado. A descentralização dos recursos e das responsabilidades pode criar disparidades significativas entre instituições, especialmente quando se trata de escolas situadas em contextos socioeconômicos diferentes. Instituições com acesso limitado a recursos financeiros e administrativos podem enfrentar dificuldades em implementar as mudanças necessárias para oferecer uma educação de qualidade, enquanto escolas mais privilegiadas podem aproveitar melhor sua autonomia para se expandir e inovar.

Pinheiro (2014) observa que a gestão democrática deve ser entendida como um processo coletivo que articula dimensões políticas e pedagógicas indissociáveis. No entanto, sob a lógica neoliberal, a descentralização muitas vezes assume um caráter meramente administrativo, esvaziando a participação efetiva da comunidade escolar. Em vez de fortalecer a construção do projeto político-pedagógico como expressão de autonomia crítica, a descentralização pode se reduzir a uma transferência de responsabilidades financeiras e burocráticas, fragilizando a dimensão emancipatória da gestão educacional.

A descentralização, que visa distribuir a gestão escolar de forma mais ampla, também é uma característica central das reformas neoliberais. Esse processo transfere uma parte significativa das responsabilidades administrativas e orçamentárias do nível central para as escolas individuais. A descentralização é muitas vezes justificada pela necessidade de tornar a gestão escolar mais eficiente e adaptada às realidades locais. No entanto, essa abordagem pode sobrecarregar as

escolas com responsabilidades administrativas adicionais, como a gestão de orçamentos e a implementação de políticas, que anteriormente eram centralizadas.

Pensar de forma reflexiva sobre a construção efetiva do projeto políticopedagógico da escola articulado à gestão democrática escolar e à descentralização requer dos segmentos que participam da vida escolar, subsídios norteadores dos processos de elaboração e gestão participativa, entendida esta como processo coletivo de construção, respeitando as dimensões políticas e pedagógicas indissociáveis na escola (PINHEIRO, 2014, p. 4).

De acordo com Andrade (2018), o discurso da autonomia e da descentralização precisa ser analisado com cautela, pois pode mascarar um movimento de transferência de encargos sem a devida provisão de recursos. Na prática, essa estratégia contribui para a intensificação das desigualdades educacionais, uma vez que escolas situadas em contextos de maior vulnerabilidade não dispõem da mesma capacidade de gestão e financiamento que instituições de áreas mais ricas. Esse cenário evidencia como a governança escolar sob influência neoliberal pode ampliar a fragmentação do sistema e enfraquecer o princípio da equidade.

Enquanto a descentralização busca promover uma gestão mais próxima das necessidades locais, ela também pode resultar em uma fragmentação do sistema educacional. Escolas em áreas menos favorecidas podem não ter a mesma capacidade para gerenciar eficientemente seus recursos e enfrentar os desafios administrativos, o que pode acentuar as desigualdades existentes. A falta de suporte e de coordenação centralizada pode levar a uma variação significativa na qualidade dos serviços educacionais oferecidos, prejudicando a equidade e a coesão do sistema educacional como um todo.

A maior liberdade para tomar decisões pedagógicas pode ser benéfica, permitindo que as escolas adaptem seus currículos e métodos de ensino de acordo com as necessidades dos alunos. No entanto, a implementação efetiva dessas decisões requer não apenas autonomia, mas também o apoio adequado em termos de formação de professores, materiais didáticos e suporte técnico. Sem investimentos adequados nesses aspectos, a autonomia pode resultar em práticas pedagógicas inconsistentes e na adoção de abordagens que não necessariamente atendem aos objetivos educacionais de longo prazo.

O impacto sobre a gestão administrativa também não deve ser subestimado. A descentralização pode levar a uma maior carga de trabalho para os gestores

escolares, que precisam lidar com questões orçamentárias e administrativas adicionais. Essa sobrecarga pode desviar o foco da gestão pedagógica e da inovação educacional, reduzindo o tempo e os recursos disponíveis para a implementação de estratégias pedagógicas eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo tem promovido uma reconfiguração substancial do sistema educacional, cujas implicações são profundas e complexas. A privatização e mercantilização da educação básica têm transformado as instituições educacionais em entidades orientadas por princípios de mercado, colocando em questão a qualidade e a equidade do ensino oferecido. As parcerias público-privadas e as escolas charter, embora prometam eficiência e inovação, frequentemente contribuem para a ampliação das desigualdades educacionais e a fragmentação do sistema, favorecendo as instituições mais bem financiadas e exacerbando as disparidades entre diferentes contextos socioeconômicos. Esse cenário desafia a premissa de que a competição e a gestão empresarial são capazes de garantir uma educação de qualidade para todos.

Além disso, o neoliberalismo tem intensificado a desigualdade e a segregação educacional, ao promover um sistema onde a qualidade da educação está intrinsecamente ligada à capacidade financeira das famílias. A valorização de modelos de mercado para a administração escolar cria um ambiente onde escolas em áreas mais ricas desfrutam de melhores recursos e oportunidades, enquanto instituições em áreas menos favorecidas enfrentam desafios significativos. Esse panorama reforça a segregação socioeconômica e perpetua um ciclo de desvantagem para os estudantes provenientes de contextos mais vulneráveis, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e equitativa para a educação básica.

As reformas neoliberais também têm reformulado os sistemas de avaliação e o conceito de desempenho escolar, priorizando testes padronizados e a competição entre escolas. Essas mudanças reduzem a complexidade da aprendizagem a métricas quantitativas, muitas vezes em detrimento de uma educação holística e rica em desenvolvimento crítico e criativo. A pressão por resultados em testes padronizados pode levar a práticas pedagógicas que se concentram excessivamente no preparo para os exames, prejudicando a qualidade global do ensino e a experiência de

aprendizado dos alunos. A competição intensa entre instituições pode resultar na segmentação do sistema educacional, com escolas de melhor desempenho e mais recursos atraindo os alunos e fundos necessários, em detrimento das que atendem a populações menos favorecidas.

A desvalorização dos profissionais da educação é um reflexo direto das políticas neoliberais que enfatizam a eficiência econômica sobre o investimento na qualidade do ensino. Os cortes orçamentários, a redução salarial e a falta de apoio para a formação continuada comprometem as condições de trabalho e o prestígio dos educadores, afetando negativamente a qualidade da educação oferecida. A sobrecarga administrativa e a falta de suporte adequado para os professores não apenas desestimulam os profissionais, mas também impactam a eficácia pedagógica das instituições. É necessário, portanto, reconsiderar as políticas neoliberais e buscar soluções que valorizem e apoiem os profissionais da educação, garantam uma gestão equitativa e promovam uma educação de alta qualidade acessível a todos os estudantes, independentemente de seu contexto socioeconômico.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível refletir criticamente sobre os rumos da educação e reafirmar seu caráter de bem público e direito fundamental. Isso exige políticas que transcendam a lógica mercadológica e que reconheçam a educação como elemento central na construção de uma sociedade mais justa e democrática. O fortalecimento da escola pública, a valorização dos educadores e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas devem ser vistos como caminhos prioritários para enfrentar os efeitos nocivos das reformas neoliberais e reduzir as desigualdades que elas aprofundam.

Concluir este debate implica reconhecer que os desafios impostos pelo neoliberalismo não podem ser superados apenas com ajustes técnicos, mas com um reposicionamento ético e político em defesa da equidade. Como ressaltam autores críticos, é fundamental investir em processos participativos de gestão, em currículos que dialoguem com a realidade dos estudantes e em condições dignas de trabalho docente. Só assim será possível construir um projeto educacional comprometido com a formação integral, a cidadania e a transformação social, garantindo que a educação cumpra plenamente sua função emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel; SALCES, Claudia Dourado; KASSIS, Renata Nassralla. **Reverberações das políticas neoliberais na educação e a necessária busca de outros caminhos.** Rev. Eletrônica Pesquiseduca. Santos, V.14, N.36, p. 893-920, mai.-ago, 2022. Disponível em: <<https://cutt.ly/wenPK0r6>>. Acesso em 21 ago. 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira. **Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade.** Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, v. 38 n. 01 – jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/KenP1ISI>>. Acesso em 19 ago. 2024.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves. **Educação e Gestão Neoliberal – A escola cooperativa de Maringá, uma experiência de chater school?.** Disponível em: <<https://cutt.ly/oenPEhvi>>. Acesso em 20 ago. 2024.

BRANCO, Cristina. **Formação continuada de professores: focalizando a relação teoria-prática.** Disponível em: <<https://cutt.ly/qenPNNgV>>. Acesso em 20 ago. 2024.

FILIPPE, Fabiana Alvarenga. **Avaliação educacional no contexto das políticas neoliberais: algumas consequências.** Disponível em: <<https://cutt.ly/UenPFyw4>>. Acesso em 17 ago. 2024.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. **As influências do modelo neoliberal na educação.** Disponível em: <<https://cutt.ly/FenPcZ73>>. Acesso em 18 ago. 2024.

MARTINS, André Silva; PINA, Leonardo Docena. **Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica.** Rev. HISTEDBR On-line. Campinas, SP v.20 1-21 e020052, 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/eenPmJf3>>. Acesso em 15 ago. 2024.

MONTEIRO, Alice Nantala Pereira; VAZ, Bárbara Regina Gonçalves; MOTA, Rafael Silveira. **Desvalorização profissional dos professores.** Revista Latino Americana de Estudos científicos, v. 03, n.13 jan./fev. 2022. Disponível em: <<https://cutt.ly/HenPCXfN>>. Acesso em 20 ago. 2024.

PARREIRA, Vanessa Aparecida Diniz; PEREIRA, Maristela de Souza. **Neoliberalismo e organização da educação básica brasileira.** Revista Psicologia Política. Vol. 23. n.58. pp. 502-518. 2023. Disponível em: <<https://cutt.ly/ienPHNxJ>>. Acesso em 20 ago. 2024.

PINHEIRO, Cláudia Aparecida Vieira. **A descentralização e a democratização da gestão escolar: perspectivas da efetividade da gestão democrática da escola no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.** Disponível em: <<https://cutt.ly/ienP2MRm>>. Acesso em 22 ago. 2024.

SILVA, Andréa Carla Castro. **Efeitos do discurso neoliberal na educação: o projeto de vida como dispositivo pedagógico de formação do sujeito-empresa.** Disponível em: <<https://cutt.ly/2enPTI7y>>. Acesso em 19 ago. 2024.

TOSTES, Maiza Vaz; *et. al.* **Sufrimento mental de professores do ensino público.** Saúde Debate - Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan-mar 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/EenPZmVG>>. Acesso em 15 ago. 2024.